

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: MME prepara para agosto calendário de leilões do setor elétrico	2
Título: Provável relator de marco do gás diz que não fará mudanças no texto	3
Título: Infraestrutura aposta em 153 obras e nove projetos de lei no Pró-Brasil	4
Título: Curta	7
Título: Com forte alta no resultado, ação da WEG dispara na B3.....	7
Título: Justiça cerca furtos em dutos da Petrobras	9
Título: Agenda da diversidade deve ter metas e prazos claros e objetivos	11
Título: Consumo ainda represado pode sustentar recuperação, diz Campos.....	13
Título: Destaques	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: O projeto de reforma tributária do governo	16
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Para privatizar a Eletrobras, governo pode criar nova estatal	18
Título: Anelmo Gois	19
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Fenômeno Tesla aumenta lucro em 550%	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/07/2020****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner****Título: MME prepara para agosto calendário de leilões do setor elétrico**

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que pretende anunciar em agosto um novo calendário de leilões e “medidas estruturantes” para o setor elétrico. Ele disse que a preparação das medidas está “bastante avançada” e elas serão implementadas no “curto prazo”, mas não deu detalhes.

“Eu não gostaria de adiantá-las porque elas estão sendo construídas e consensuadas com o Congresso Nacional, com os órgãos vinculados ao ministério e com agentes do mercado”, disse Albuquerque, em entrevista coletiva virtual. Segundo ele, há entendimento com o Senado para votar em plenário a proposta de repactuação do risco hidrológico (conhecido pela sigla GSF), que já passou por comissões setoriais e pela Câmara. O ministro sinalizou que há medidas infralegais em gestação.

Albuquerque se disse “muito preocupado” com a situação das distribuidoras de energia e afirmou também que a tarifa dos consumidores merece atenção permanente do governo. A Conta Covid, como se tem chamado a operação de crédito no valor de R\$ 15,3 bilhões que foi capitaneada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diminuiu o reajuste médio das tarifas de 12% neste ano para algo próximo de 3%.

O ministro fez menção, no entanto, ao reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras - não contemplado pela Conta Covid - e às revisões tarifárias das empresas que foram privatizadas pela Eletrobras como pontos de análise pelo ministério.

Ele previu que, pela primeira vez depois da chegada do novo coronavírus ao Brasil e das medidas de isolamento social, o consumo de eletricidade no sistema interligado nacional deverá superar em agosto o patamar verificado em igual mês do ano passado.

Albuquerque apresentou a trajetória de queda da carga de energia (em megawatts médios) no sistema interligado durante a pandemia: -13% em abril, -11% em maio, -5% em junho e -2% em julho. Essas comparações são sempre com os mesmos períodos de 2019. Em agosto, nas suas previsões, poderia haver finalmente uma virada.

No início da pandemia, com a súbita queda do consumo, o ministério suspendeu leilões de geração e de transmissão. Depois, reagendou a licitação de linhas de transmissão para o quarto trimestre, mas ainda não definiu data para os certames de geração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Política

Autor: Fabio Graner

Título: Provável relator de marco do gás diz que não fará mudanças no texto

O deputado Laercio Oliveira (PP-SE) informou que foi designado relator do projeto de lei no plenário da Câmara que muda o marco regulatório do gás, tema que é uma das principais apostas do governo na agenda de reformas. Em um sinal positivo para a equipe econômica, Oliveira disse que pretende manter o texto aprovado na comissão de Minas e Energia. E que eventuais sugestões de mudanças, que até o momento não chegaram a ele, serão guardadas para ser tratadas eventualmente em outro projeto.

Embora não tenha sido confirmado publicamente pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado tem mantido reuniões com o integrantes do Ministério da Economia e outras áreas do governo Bolsonaro. E disse que já tem o relatório pronto e que vai apresentá-lo assim que o presidente da Câmara, pautar o tema. “Se ele quiser pautar amanhã, já estaria pronto para apresentar”, disse.

O parlamentar disse que há uma grande convergência do governo em relação ao texto da comissão, cujos princípios mais importantes são: a mudança para o regime de autorização e não mais de concessão para o transporte de gás natural e a livre concorrência no setor, abrindo o mercado para o investimento estrangeiro.

“A grande conquista que o PL 6407 vai trazer para o país é que sai de um regime de outorga de concessão para o de autorização. Isso provoca uma revolução enorme na atividade, que tem toda uma cadeia”, diz. “Outra coisa importantíssima é a questão da competitividade. Quando você faz projeto como esse e abre fronteiras para receber investimentos, você promove a competitividade e a partir daí, com segurança jurídica, você tem um potencial enorme”, completou.

Oliveira destacou que o projeto foi aprovado mediante um grande consenso na comissão de Minas e Energia e que promover alterações agora representaria atraso no processo.

“Não farei nenhuma alteração. Essa não é minha palavra final, é o meu desejo. A gente vive em um ambiente de diálogo. Pretendo proteger o texto. Primeiro passo é aprovar esse texto. Depois que ele estiver valendo, vamos enxergar a dinâmica do mercado e aí a gente pode entender o que precisa fazer para enriquecer essa legislação”, comentou. “As sugestões que vierem e que eu entenda positiva vou colecionar em algum lugar para depois apresentar eventualmente em um outro projeto”, completou.

Oliveira descartou incluir ideias como a do Brasduto, projeto que usaria recursos do Fundo Social do Pré-Sal para fazer gasodutos com recursos públicos, e promover o conceito de “gás para todos”. “Essa discussão da universalização pode se dar em outro projeto, bem como outros conceitos, como o supridor de última instância”, disse. “Se mexer com questões como Brasduto acaba afetando outros artigos e atrasará muito”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Infraestrutura aposta em 153 obras e nove projetos de lei no Pró-Brasil

O Ministério da Infraestrutura encaminhou à Casa Civil sua última lista de sugestões para o programa de retomada econômica batizado pelo governo como Pró-Brasil. Para levar adiante 153 obras públicas, foi pedida uma dotação de R\$ 40,4 bilhões no período de 2020 a 2023, levando em conta que o

orçamento no fim desse quadriênio será elaborado no último ano de mandato do atual governo.

Além da carteira de concessões já conhecida do mercado, que soma R\$ 230 bilhões, a equipe do ministro Tarcísio Freitas listou uma série de empreendimentos com recursos públicos para inclusão no programa. A previsão é que 2 milhões de empregos sejam gerados com essas frentes.

Há 71 projetos listados em rodovias, 45 em portos ou hidrovias, 30 obras em aeroportos e outras sete em ferrovias. Entre os destaques estão a construção do segundo trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) no interior da Bahia, a duplicação de mais lotes da BR-381 entre Belo Horizonte e Governador Valadares (MG), a repavimentação da BR-319 entre Porto Velho e Manaus, a implantação da Avenida Perimetral em Santos (SP), o derrocamento do Pedral do Lourenço (PA) na Hidrovia Araguaia-Tocantins, reformas em 16 aeroportos regionais e no terminal de passageiros de Campo Grande.

Todas essas obras, junto com o portfólio de concessões à iniciativa privada (já divulgadas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos), forma a parte do Pró-Brasil chamada de Eixo Progresso. A outra parte é o Eixo Ordem, que contempla modernizações e aperfeiçoamentos regulatórios, com o objetivo declarado de melhorar o ambiente de negócios e oferecer mais segurança jurídica a potenciais investidores.

Além de normas infralegais, como um plano de segurança do trânsito que busca derrubar os índices de acidentes até o fim de 2022, foram escolhidos nove projetos de lei para receber o selo de “prioritários”. É o que Tarcísio e sua equipe apelidaram de “Pacto pela Infraestrutura”, mas por enquanto é sugestão do ministério, sem ainda uma palavra final da Casa Civil.

Os projetos são os seguintes: 1) simplificação do licenciamento ambiental; 2) nova lei geral de concessões e PPPs; 3) documento eletrônico unificado para transporte de cargas e de passageiros (DT-e); 4) conclusão da nova lei de licitações; 5) incentivos ao transporte marítimo de cabotagem (BR do Mar); 6) a desvinculação de fundos públicos (na verdade uma proposta de emenda constitucional); 7) a nova lei que amplia o uso de debêntures para financiamento de projetos de infraestrutura; 8) o novo marco legal que permite construir ramais ferroviários pelo regime de autorização; e 9) mudanças no

sistema de cobrança em rodovias pedagiadas (com descontos para usuários frequentes e pagamento eletrônico pela distância realmente percorrida). A maioria dos projetos já tramita no Congresso Nacional - alguns em fase adiantada, como o da nova Lei de Licitações, que passou no Senado e foi aprovado, voltando para segunda análise dos senadores por causa das modificações feitas. Outras propostas, como o novo marco legal das ferrovias, estão em estágio preliminar - nesse caso, só passou por uma das comissões no Senado.

O **Valor** apurou que dois projetos encaminhados à Casa Civil pela Infraestrutura - a BR do Mar e as ferrovias por autorização - coincidem com o que foi apontado como prioridade também pelo Ministério da Economia. A equipe econômica incluiu ainda, na lista enviada para seleção final do Palácio do Planalto, outras quatro prioridades: regulamentação da nova Lei do Saneamento Básico, a reforma do setor elétrico, as mudanças do marco regulatório do gás natural e o fim da obrigatoriedade de leiloar campos de petróleo no pré-sal pelo regime de partilha da produção.

Caso esses projetos entrem na versão final do Pró-Brasil cujo lançamento é planejado agora para agosto, significa que receberão prioridade nos esforços de articulação política do Planalto.

O governo tem insistido em que não se trata de um programa apenas de obras públicas ou que implique relaxamento fiscal. A presença de apostas legislativas e de concessões à iniciativa privada tenta justamente reforçar essa mensagem. No entanto, para trazer alguma novidade em termos de aquecimento da atividade, o pedido do Ministério da Infraestrutura é por uma suplementação de R\$ 5 bilhões no orçamento da pasta em 2020. O desafio é basicamente como realizar isso.

Uma das alternativas cogitadas pelo governo, principalmente para acomodar os investimentos pretendidos pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, é usar o “orçamento de guerra” criado para permitir gastos adicionais da União em decorrência da pandemia. Essas despesas não são contabilizadas dentro do Teto de Gastos.

A possibilidade - motivo de insegurança no governo - seria usar o “orçamento de guerra” para fazer suplementações. Haveria empenho, mas não pagamento, deixando os recursos como “restos a pagar” para os exercícios seguintes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Vale cria comitê

A Vale informou que o conselho de administração aprovou ontem a criação e instalação do comitê de nomeação, que vai assessorar os conselheiros, propondo melhorias relacionadas à estrutura, tamanho e composição do colegiado, além de recomendar as competências, perfis e potenciais candidatos ao conselho. A decisão foi um compromisso assumido pela Vale em seu manual para a assembleia de acionistas e faz parte da transição pela qual a companhia está passando, com o atual acordo de acionistas expirando em novembro, sem renovação, informou em comunicado. O comitê de nomeação será composto por três membros - além do presidente, José Maurício Pereira Coelho, farão parte Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras e atual presidente do conselho da BRF, e Alexandre Gonçalves Silva, presidente do conselho da Embraer. Pelas regras, a maioria dos membros deverá ser independente e não poderá ser do conselho de administração e de outros órgãos societários da companhia. Um deles deverá ser necessariamente o presidente do conselho da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Com forte alta no resultado, ação da WEG dispara na B3

Em uma temporada de balanços que promete trazer resultados amargos para grande parte das empresas, a fabricante de máquinas e equipamentos WEG surpreendeu o mercado ao divulgar crescimentos de dois dígitos de suas principais métricas.

No segundo trimestre, a multinacional, sediada em Jaraguá do Sul (SC) e com operações industriais em 12 países, registrou alta de 32% no lucro líquido na comparação anual, para R\$ 514,4 milhões. A receita líquida subiu 24%, para R\$ 4,06 bilhões, enquanto o Ebitda avançou 36%, alcançando R\$ 732,2 milhões. O desempenho, considerado forte por analistas, repercutiu nas ações da empresa. Os papéis subiram 13,73% no pregão de ontem, fechando a R\$ 68,10.

O diretor financeiro da companhia, André Rodrigues, atribui os resultados trimestrais à carteira robusta de produtos de ciclo longo, ao impacto positivo da variação cambial - parte relevante da receita é em dólar - e à agilidade da companhia em fazer ajustes operacionais por causa da pandemia. Apesar disso, ele ressalta que a fabricante sentiu os impactos da retração da demanda por produtos de ciclo curto, como motores comerciais, motores elétricos de baixa tensão e tintas e vernizes.

“Historicamente, o ciclo longo representa 35% da receita, mas no segundo trimestre essa fatia chegou a 40%, devido ao fato de termos começado o ano com uma carteira muito boa e também à queda do ciclo curto”, afirma o executivo.

Em ciclo longo, o destaque foi o segmento de Geração, Transmissão, e Distribuição de Energia (GTD). No Brasil, foram realizadas ao longo do trimestre entregas relevantes para projetos de energia leiloados em 2016 e 2017. Já em equipamentos eletroeletrônicos industriais, o desempenho foi impulsionado pelos setores de papel e celulose e mineração, no caso brasileiro, e por óleo e gás, mineração e saneamento, no exterior.

Já em ciclo curto, a companhia enxergou retração similar da demanda nos mercados interno e externo, da ordem de 20%. Embora já veja sinais de melhora, Rodrigues prefere assumir uma postura cautelosa. “É difícil falar em retomada, porque ainda há muita incerteza relacionada à pandemia. Um exemplo é a possibilidade de uma segunda onda, alguns nos países já estão preocupados com isso”, disse.

Na China, primeiro epicentro da doença e onde o controle foi mais rígido, o executivo relata que a situação é de normalidade, inclusive com o retorno a volumes pré-pandemia. Já na Europa, a avaliação é que a recuperação tem sido lenta, e há dúvidas se ela será, de fato, sustentável. Nas Américas, onde a covid-

19 chegou mais tarde, o processo de retomada está “atrasado” em relação às demais regiões. Mas começa a dar sinais.

Apesar das incertezas, a WEG decidiu que, a partir de 1º de agosto, praticamente todas as fábricas de ciclo curto não terão mais jornadas reduzidas. Devido ao recuo da demanda, em maio, a fabricante instituiu a redução de jornada nas plantas de motores comerciais e appliance e tintas e vernizes, mas a medida se encerrou neste mês. Para as fábricas de motores industriais de baixa tensão, a redução de jornada começou um mês depois, em junho, mas terminará em agosto.

Diante da melhora observada nos últimos meses, o ritmo de investimentos também será retomado. No início do ano, estavam previstos para 2020 aportes da ordem de R\$ 700 milhões. Com a pandemia, essa projeção foi colocada sob revisão, e esperava-se executar 50% desse valor. “Agora entendemos que não precisamos ser tão restritivos, vemos espaço para fazer 70% [do montante inicial]”. Um dos projetos que deve ter andamento é a ampliação de capacidade do negócio de transformadores nos Estados Unidos.

“Ao longo do trimestre vimos que o nível de demanda está bom e que não faria sentido postergar o investimento”, disse Rodrigues.

Sobre potenciais aquisições, o executivo afirma que a WEG segue avaliando oportunidades, mas pontua que a situação atual dificultaria alguns passos se a empresa decidisse por um novo negócio, como ‘due dilligence’ e integração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Justiça cerca furtos em dutos da Petrobras

A Justiça está fechando o cerco sobre furtos de óleo nos dutos da Petrobras. O crime organizado continua ativo, sobretudo em São Paulo, gerando prejuízos de ordem financeira à estatal e riscos à saúde das comunidades vizinhas às instalações, mas os esforços das autoridades no combate aos criminosos têm dado respostas positivas na tentativa de conter a escalada dos casos. A

Transpetro, braço logístico da petroleira, vem registrando uma queda nos volumes perdidos, embora os números de ocorrências ainda sejam elevados. Este mês, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPRJ), obteve uma decisão favorável na 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias (RJ), para condenação de seis integrantes de uma organização criminoso que operava na Baixada Fluminense, onde as ocorrências estão em declínio. As penas variam de quatro a sete anos de prisão. De acordo com o MP, os criminosos atuavam desde 2015 em Duque de Caxias (RJ).

O Ministério Público destaca que, desde o início da Operação Ouro Negro - que concentra esforços com a Polícia Civil, Polícia Militar e Petrobras - as perdas de combustíveis diminuíram de forma expressiva no Rio. No primeiro semestre, foram registradas, segundo o MPRJ, sete ocorrências no Estado - uma queda de 65% frente a igual período de 2019. O Rio é o segundo no ranking dos Estados onde há maiores casos de furto em oleodutos, atrás de São Paulo.

As perdas de óleo e derivados da Petrobras com furto nos dutos caíram 31% em volumes durante 2019, após o lançamento do Programa Integrado de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), em junho do ano passado. No primeiro semestre, houve uma redução de mais de 30% na média mensal de perdas em relação a 2019. As ocorrências de furtos, no entanto, ainda são elevadas, embora tenha havido uma queda de 22% entre 2018 e 2019 nos casos, de 261 para 203.

A realidade brasileira ainda está distante daquela vivenciada em países onde o furto de combustíveis é mais crítico, como Nigéria e México, mas preocupa pela escalada desde 2017 e pelos riscos associados ao crime. A técnica utilizada pelos criminosos é o da trepanação - que consiste na instalação de uma derivação clandestina na tubulação perfurada sem que haja a necessidade de fechar o abastecimento do produto e que envolve um alto risco de vazamento de produtos altamente inflamáveis.

Segundo as investigações, o furto em dutos é pulverizado em diferentes organizações criminosas, não necessariamente vinculadas uma às outras. O **Valor** apurou que os investigadores estão aprofundando os trabalhos na tentativa de descobrir os destinos das cargas roubadas. A operação já identificou casos em que o óleo bruto era vendido para unidades industriais - especializadas no reprocessamento de óleos usados para produção de solventes

e outros produtos químicos - que comprem produtos de origem ilegal, como itens de refinarias clandestinas. Há indícios de que óleo vai ainda para fábricas de asfalto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Suplementos

Autor: Adriana Fonseca

Título: Agenda da diversidade deve ter metas e prazos claros e objetivos

“É como se a covid-19 tivesse se tornado membro do comitê das empresas, tomando decisões junto com o ‘board’ e acelerando as transformações”, afirma Lana Brandão, gerente executiva de pessoas do grupo XP. Nesse contexto, para ela, falar de carreira hoje é mais crítico do que nunca. Afinal, 94% da força de trabalho está em locais com restrições por conta da pandemia.

A gestora afirma que as competências mais demandadas atualmente, e que os profissionais precisam desenvolver rapidamente, são as habilidades socioemocionais: saber lidar com mudanças, ter resiliência, flexibilidade e capacidade de adaptação. Há também uma grande valorização da capacidade de comunicação, evidenciada com a enxurrada de reuniões on-line. “É preciso ser um comunicador múltiplo, eficiente em diferentes meios de comunicação”, diz.

A executiva também menciona a necessidade de saber trabalhar de forma colaborativa. “Por mais competente que alguém seja, precisa se relacionar para entregar com excelência aquilo a que está se propondo.” Criatividade, agilidade de aprendizagem e a capacidade analítica para saber definir prioridades também foram destacadas. Por fim, Lana menciona a humildade necessária para saber que é preciso continuar aprendendo. “É preciso aprender o tempo todo.”

O modelo de home office trazido pela pandemia também pode impactar a diversidade nas empresas, abrindo mais oportunidades para profissionais com diferentes perfis. “É um grande facilitador, mas não é suficiente”, afirma Lana. “As empresas e as pessoas precisam estar dispostas a investir energia para se tornarem mais inclusivas e diversas.”

Luana Génot, diretora executiva da ID_BR, organização sem fins lucrativos com foco na luta pela igualdade racial dentro das empresas, afirma que para a diversidade e a inclusão serem de fato eficientes é preciso ter investimento, metas e prazos — e ainda tornar públicas essas informações. “Para ir além do ‘eu sinto muito’ e das hashtags e para transformar isso em responsabilidade é preciso ter prazo estabelecido”, afirma.

Maite Schneider, cofundadora do TransEmpregos, projeto de empregabilidade para pessoas transgêneras, defende que a diversidade esteja em toda a empresa. “É entender que pessoas privilegiadas precisam fazer parte desse movimento”, afirma. “Não é querer que os executivos percam seus privilégios. Quem dorme com mais privilégios, precisa acordar com mais responsabilidade.” Segundo ela, as empresas podem fazer mais do que apenas empregar profissionais diversos, por exemplo, capacitando as pessoas para mudar a mentalidade das equipes e lideranças. “É preciso primeiro reconhecer os problemas, que toda empresa tem, para aí sim gerar uma inclusão e uma diversidade real”, afirma. Ter uma atitude mais atenta a esses valores ajuda a entender, segundo Maite, porque os currículos de pessoas negras, trans e PCD muitas vezes não chegam à empresa e, se chegam, não encontram espaço. Segundo Andrea Schwarz, CEO e fundadora da iigual, que atua pela inclusão e diversidade nas empresas, apenas 1% dos trabalhadores formais empregados do país têm alguma deficiência e a carreira desses profissionais é, normalmente, horizontal. “Você vê uma pessoa que completa a pós-graduação e continua trabalhando na portaria. Ela se candidata a vagas internas e nunca consegue”, comenta Andrea. “Não se enxerga a pessoa portadora de deficiência como um profissional que pode desenvolver um cargo mais estratégico, porque tem um viés que subestima essa pessoa por conta da sua deficiência. Tem que mudar a mente para mudar esse modelo.”

Outras tendências apontadas para o mundo do trabalho foram a automação e os novos modelos que estão surgindo por causa da pandemia. “As pessoas estão vendo que hoje temos múltiplas carreiras. Isso, juntamente com a transformação digital, que já estava acontecendo e agora de forma ainda mais acelerada, faz com que as habilidades que eram chamadas do futuro sejam do presente”, afirma Eliete Oliveira, consultora em recolocação e desenvolvimento de carreira.

Data: 23/07/2020**Seção: Finanças****Autor: Estevão Taiair, Alex Ribeiro, Mariana Ribeiro e Lucas Hirata****Título: Consumo ainda represado pode sustentar recuperação, diz Campos**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avalia que o apoio fiscal e creditício do governo em resposta à pandemia do coronavírus poderá ter um efeito mais duradouro do que se pensava, ajudando a sustentar a trajetória de recuperação da economia até o fim do ano. Na Live do **Valor**, realizada nesta quarta, ele disse que o BC constatou, a partir dos dados sobre o volume de dinheiro em circulação na economia, que muitos beneficiários do auxílio emergencial guardaram recursos para gastar mais tarde. Essa poupança poderá virar consumo até dezembro, bem depois do fim dos programas de transferência de renda, que a princípio acaba em agosto.

A autoridade monetária também vem acompanhando de perto como os programas de crédito, que demoraram mais a sair do papel, como as recém-anunciadas linhas para micro, pequenas e médias empresas, se transmitirão para as engrenagens econômicas. Os dados econômicos a serem divulgados nas próximas semanas, afirma ele, vão ajudar a dimensionar com mais exatidão o tamanho da queda do Produto Interno Bruto (PIB), um forte indicador do que vai acontecer no ano como um todo. O BC também está de olho no risco de uma segunda onda na pandemia no Brasil e no mundo, que pode afetar as expectativas de consumidores e empresários, que vem apresentando recuperação nas últimas semanas. “Temos alguma convicção de que há ainda consumo represado e de que nos próximos meses [haverá] efeitos fortes de medidas que foram tomadas”, afirmou.

No mesmo evento, o antecessor de Campos no BC e atual presidente do conselho do Credit Suisse, Ilan Goldfajn, alertou para a importância não só da velocidade da recuperação, mas também para a sustentabilidade da retomada. Para ele, além de ser preciso ter certeza de que a tendência de abertura nas economias é mesmo para valer, a retomada das reformas fiscais no Brasil será fundamental para consolidar os níveis de confiança na economia.

Para Campos, o programa de transferência de renda foi grande, comparado a outros emergentes, e potente porque chegou ao público de mais baixa renda. Segundo dados apresentados por ele, as cinco parcelas de R\$ 600 pagas pelo

governo no auxílio emergencial levaram a uma recomposição de renda no Brasil entre 90% e 100%, ante a uma média de 40% nos emergentes. Na separação por categoria, aqueles com renda mais baixa tiveram recomposição de 250%, enquanto uma classe intermediária teve acima de 150% e uma categoria com renda maior teve efeito abaixo de 100%. Isso gerou um consumo represado justamente no segmento da população com mais propensão a gastar. “Muita coisa está sendo parcelada”, afirmou Campos.

A visão do BC, relatou, é que a economia brasileira começou a se recuperar em formato de “V”, o que deve levar a uma queda menor do que os 6,4% previstos para o PIB deste ano. No entanto, a tendência é que a retomada perca alguma força daqui para frente. “Tivemos uma queda muito abrupta e muito rápida [da atividade]. Então há uma tendência de que o primeiro movimento de volta seja mais rápido também”, disse. “Nós temos um início de volta em V. Não acho que a gente vai ter um V completo, ele vai tender a se suavizar daqui para a frente”, completou.

Ilan concordou com o diagnóstico de que os dados apontam um início de retomada, mas ponderou que é preciso esperar para ver se será sustentada. “A primeira onda [da pandemia] passou em muitos países e a dúvida é se vem uma segunda onda ou não”, disse. “No nosso caso [do Brasil], é um pouco como vamos retomar essas reformas, como vamos tornar o nosso fiscal sustentável.” Até aqui, em termos setoriais, indústria e varejo apresentaram retomada mais forte, de acordo com Campos. Já os serviços, principalmente aqueles ligados às empresas, decepcionaram. “O número [da atividade] do segundo trimestre é o que vai ditar o crescimento no ano.”

Na avaliação do presidente do BC, indicadores de confiança mostram o início de recuperação acentuada da economia. Dados de maior frequência também corroboram esse movimento. É o caso do consumo de energia, que em junho estava 4% abaixo do mesmo período de 2019 e, em julho atingiu um patamar 3,5% menor na mesma base de comparação. Índices de transferências bancárias e tráfego de veículos traçam cenário semelhante.

Países da Europa e da Ásia, argumentou, vêm mostrando que o crédito é um elemento essencial para definir o ritmo da recuperação, disse. Ele destacou que o crédito livre no Brasil tem crescido acima de 20% neste ano, depois de já ter apresentado alta em 2019. Além disso, medidas implantadas nesta semana,

como o Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), devem dar ainda mais força aos empréstimos, de acordo com o presidente do BC.

Outro ponto importante em relação ao cenário internacional foi o pacote de € 750 bilhões aprovado pela União Europeia, além do fato de outros países estarem discutindo as próprias medidas de estímulo. Respondendo a questionamento se o BC está perdendo a batalha pelas expectativas de inflação, que estão abaixo da meta em 2021, Campos disse que a magnitude do choque da covid-19 obrigou a autoridade a “adaptar” o horizonte relevante para a condução da política monetária. Ainda assim, ele garante que não abandonou a meta de inflação de 3,75% estabelecida para 2021, considerado o horizonte relevante.

“Houve um choque muito grande, a gente precisa adaptar o horizonte. Nós temos comunicado isso”, disse. “Foi basicamente um coma induzido [na economia mundial], mas em nenhum momento o BC abandonou a meta ou entendemos que temos passado uma mensagem com esse tipo de conteúdo”, disse.

A tendência é que os impactos da pandemia durem “até uma parte do ano que vem”, de acordo com Ilan. Assim, o fato de as expectativas de inflação estarem abaixo da meta neste momento não é um problema, justamente por causa da magnitude do choque. “Os bancos centrais, quando falam em meta de inflação, é de 12 a 24 meses para retomar [atingir a meta]”, disse.

Campos voltou a mostrar preocupações com o “lower bound”, uma espécie de limite efetivo para cortes de juros, a partir do qual novas quedas podem ser contraproduativas ou não ter efeitos desejados. Hoje, a Selic está em 2,25% ao ano e vem testando mínimas históricas desde o fim de 2017. O assunto vem sendo debatido com outros banqueiros centrais de emergentes em reuniões no Banco de Compensações Internacionais (BIS na sigla em inglês, uma espécie de banco central dos bancos centrais), relatou. “Tem todo um debate muito vivo não só no Brasil, mas em grandes partes do mundo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/07/2020

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques**IPO da Compass**

A Cosan já está finalizando a formação completa do sindicato de bancos que fará a coordenação da oferta inicial de ações (IPO) da Compass, sua empresa de energia e gás. Entraram para o grupo nos últimos dias Citi e BTG Pactual, conforme uma fonte. Como o **Valor** antecipou na semana passada, a Cosan já tinha contratado Itaú BBA, Santander e Morgan Stanley para a operação. A oferta é estimada entre R\$ 4,5 bilhões a R\$ 5 bilhões. A Cosan resolveu começar a listagem de suas controladas ainda fechadas pela Compass por ser mais simples, uma vez que é a única dona, e por necessidade de caixa - a companhia já tem crescimento orgânico, tração e aquisições no alvo que demandam capital. A Compass foi criada pela Cosan para atuar de forma integrada no mercado de gás e energia. Já nasceu dona da participação do grupo na paulista Comgás e com a comercializadora de energia comprada pela Cosan, origem do nome Compass. Só a participação de 99,14% na Comgás vale R\$ 23,3 bilhões em bolsa hoje. A Cosan quer levar à bolsa também a Moove, produtora e distribuidora de lubrificantes e óleos que tem o fundo de private equity CVC Capital Partners como sócio minoritário, e a Raízen, empresa integrada de energia que tem a Shell como sócia. A operação de maior porte será da Raízen

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/07/2020****Seção: Opinião****Autor: Celson Ming****Título: O projeto de reforma tributária do governo**

É um equívoco cobrar maior abrangência do projeto de reforma tributária do governo federal. A proposta é propositalmente limitada, que é para não assustar ou, então, para dar ideia da complexidade do que seria uma reforma como ela deve ser.

Desta vez, o governo não foi além da ideia de unificar dois tributos federais, o PIS e a Cofins, num único que agora vem com a denominação de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Não tem nada a ver com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como alguns se apressaram em afirmar. Além da simplificação e da eliminação de inúmeros

regimes especiais, tem dois grandes méritos. O primeiro permite que a CBS recolhida pelos fornecedores (e que vai para o preço) seja descontada ou sirva como crédito no pagamento do tributo na etapa seguinte. O outro é o que acaba com a maroteira da cobrança “por dentro”, ou seja, de calcular o imposto não apenas sobre o preço, mas sobre o preço acrescido do próprio tributo, a indecência tributária que o consumidor vê acontecer na conta de luz. A decisão dessa fusão prevê trâmites menos complicados porque dispensam reforma da Constituição. Mas as pauladas mais dolorosas ainda não aconteceram. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê outras quatro: a reforma do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que poderá se transformar em IVA do governo federal; a eliminação de descontos do Imposto de Renda, como despesas com saúde e educação; a taxaço de dividendos, que pretende acabar com a pejetização (contrataço de funcionários transformados em empresas pessoais), mas também torpedeia a renda de profissionais liberais, terapeutas, arquitetos e consultórios médicos; e a tal taxaço do comércio eletrônico, cujo objetivo declarado é substituir os encargos trabalhistas, com objetivo de desonerar a folha de pagamentos das empresas. E é nesse último item que aparece a ameaça da CPMF com outro rótulo.

A suposta simplicidade da proposta não elimina importantes fontes de encrenca e de dúvida. A primeira delas é o tamanho da alíquota a ser cobrada, alta demais: 12%. A principal vítima será o setor de serviços, responsável por 70% do PIB. E, nesse conjunto, estão os negócios que hoje recolhem impostos com base no lucro presumido, que não tem como aproveitar o crédito tributário. É paulada de 12%. (Hoje, recolhe 3,65%.)

A tributarista Elisabeth Libertuci adverte que será inevitável o aumento de custos da construção civil, grande fornecedora de empregos. Ou seja, de cara, apartamento na planta pode ficar mais caro e isso será importante limitador do mercado, especialmente agora que o consumidor está prostrado pela perda de emprego e de renda. Mas construção civil é muita coisa: são obras de grande porte, construção de armazéns, de fábricas, instalação elétrica, reformas em geral, etc.

Vem sendo criticada a imposição de uma alíquota intencionalmente reduzida (de 5,8%) para os bancos. A razão técnica é a de que não há como uma instituição financeira, incluídas aí as seguradoras, possa tirar proveito do crédito do tributo, porque o setor não trabalha com faturamento, e sim com spread, que é a diferença entre o custo da tomada de um empréstimo (ou do prêmio de seguro) e o retorno de financiamento (ou da indenização da seguradora), operações sujeitas a prazos díspares. Daí a espécie de compensação antecipadamente proporcionada ao setor. Mas se os bancos podem ter essa compensação, por que as empresas tributadas pelo lucro presumido e a construção civil não têm? Os artigos da cesta básica, hoje isentos, passam a ser alcançados. O governo explica que vem aí a Renda Brasil para compensar isso. A

ver. Dois segmentos carregados de subsídios altamente questionáveis ficaram de fora: o regime do Simples e a Zona Franca de Manaus. Por quê? Os problemas não se restringem apenas ao varejo nas mudanças propostas pelo governo. Há em tramitação mais dois projetos de reforma tributária, um na Câmara e outro no Senado. A mudança proposta mexe diretamente com as que estão sendo examinadas no Congresso. “Essa alíquota de 12% fica alta demais levando-se em conta o conteúdo dos outros dois projetos de reforma”, adverte Elizabeth Libertuci.

Por aí se vê que parece impossível manter tramitações independentes, sem sintonizar o projeto do governo não só com os dois em tramitação na Câmara e no Senado, como também com as outras rodadas do salame tributário que o governo está elaborando.

E vá saber o tamanho do bode que o governo acaba de meter dentro da sala para, lá pelas tantas, tirá-lo de lá.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/07/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Para privatizar a Eletrobras, governo pode criar nova estatal

Companhia ficaria com ativos como a usina de Itaipu e o complexo nuclear de Angra dos Reis

O governo federal estuda criar uma nova estatal como parte de seus planos para privatizar a Eletrobras, segundo documentos divulgados pela empresa ao mercado no início da semana.

De acordo com um ofício enviado à estatal e tornado público pela companhia, o Ministério de Minas e Energia solicitou a inclusão de R\$ 4 bilhões no orçamento de 2021 para prever recursos “caso se faça necessária” a nova empresa pública. Assinado por Marisete Pereira, secretária-executiva da pasta, o documento destaca que o projeto de lei que propõe a desestatização prevê a criação de uma estatal que ficaria com ativos como a usina binacional de Itaipu e o complexo nuclear de Angra dos Reis, além de programas de governo no setor elétrico.

“Caso o Congresso Nacional aprove o projeto de lei 5.877 de 2019 (da privatização) até 2021, a previsão de tais recursos na referida lei Orçamentária se faz indispensável”, afirma o ofício, ao ressaltar que o lançamento da nova empresa só aconteceria em caso de aprovação da proposta para a Eletrobras, maior companhia do setor elétrico da América Latina.

Pela Constituição brasileira, usinas nucleares não podem ser operadas por agentes privados, enquanto a hidrelétrica de Itaipu foi viabilizada em acordo binacional com o Paraguai e também não poderia ser privatizada.

PARA 2021

O governo prevê levantar cerca de R\$ 16 bilhões com a privatização da Eletrobras, que aconteceria por meio de uma capitalização da companhia com a emissão de novas ações, e envolveria pagamento de outorgas à União.

A operação poderá ser realizada no primeiro semestre de 2021, caso o projeto de lei seja aprovado pelos parlamentares ainda neste ano.

No início do mês, porém, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Congresso “difícilmente” vai aprovar alguma privatização em 2020, apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter sugerido que haverá “quatro grandes privatizações em 90 dias”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/07/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Ancelmo Gois

GLP

E a Petrobras acaba de subir o preço do GLP, o popular gás de cozinha, nas refinarias: aumento de 5%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/07/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Fenômeno Tesla aumenta lucro em 550%

O maior fenômeno corporativo dos últimos anos atende pelo nome de Tesla. A empresa criada pelo excêntrico Elon Musk e que está focada na produção de veículos elétricos e energia renovável lucrou US\$ 104 milhões no segundo trimestre, um aumento de 550% em relação aos três meses anteriores. Entre abril e junho, contabilizou receitas de US\$ 6 bilhões, superando em quase US\$ 1 bilhão a expectativa dos analistas. Isso, lembre-se, durante a pandemia, o que torna o desempenho ainda mais admirável.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/07/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título:

Consumidor

» Enquanto um projeto de lei está no forno para garantir que, em 2021, as tarifas de luz não sofrerão reajustes, os supermercados remarcam preços de produtos básicos, estimulando consumidores conscientes a planejar, pelas redes sociais, boicote aos estabelecimentos mais caros.

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1895 - 1967)

Quinta-feira 23 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46300

estadão.com.br

Pazuello foi alertado de que sem isolamento crise duraria 2 anos

Em maio, técnicos da Saúde disseram ao ministro que quarentena ajudaria inclusive na recuperação da economia

Técnicos que integram comitê sobre o novo coronavírus no Ministério da Saúde alertaram o ministro interino Eduardo Pazuello, em reunião em 25 de maio, que, sem medidas de isolamento social, os impactos da covid-19 seriam sentidos por até dois anos. De acordo com ata de reunião do Comitê de Operações de Emergência (COE), obtida pelo Estadão, "todas as pesquisas" levavam a crer que o distanciamento é "favorável" inclusive para a recuperação mais rápida da economia. "Sem intervenção, esgotamos UTIs, os picos vão aumen-

● **Vírus atinge 1% dos brasileiros**
Após mais de quatro meses de pandemia no País, o contágio pelo novo coronavírus atingiu oficialmente 1% da população brasileira. Como o País testa pouco, o percentual pode ser maior. PÁG. A22

tar descontroladamente, levando insegurança à população, que vai se recolher mesmo com tudo funcionando, o que geraria um desgaste maior ou igual ao isolamento na economia", afirma-

ram os técnicos. No mesmo documento, o COE discute a criação de um aplicativo para monitorar pacientes da covid-19 e até dez pessoas que tiveram contato com o indivíduo infectado, ideia que não saiu do papel. Auditoria do TCU aponta que, até 25 de junho, o ministério gastou só cerca de 30% dos R\$ 38,9 bilhões reservados para o combate à pandemia. Técnicos afirmam não ter conseguido identificar a estratégia de compras, logística, distribuição de insumos e os "critérios para transferência de recursos". METRÓPOLE / PÁG. A20

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	82.890
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	1.293
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.052
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.231.871
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	65.339

Supercompra dos EUA acirra corrida por acesso a vacina

Os EUA acertaram a compra de todas as doses de vacina - 100 milhões - que as farmacêuticas Pfizer e BioNTech teriam condições de produzir em 2020. Isso impediria que outros países conseguissem o produto desenvolvido por elas. Donald Trump acirra assim a corrida global pelo imunizante e aumenta o temor de que países pobres sejam os últimos a receber a proteção. METRÓPOLE / PÁG. A21

● **Trump fecha consulado chinês**
Sob acusação de espionagem sobre vacina, o consulado da China em Houston foi fechado pelos EUA. PÁG. A16



Na volta do Paulista, Corinthians vence clássico

O zagueiro Gil comemora seu gol no primeiro clássico do Campeonato Paulista após mais de quatro meses de parada por causa da pandemia. O Corinthians venceu o Palmeiras por 1 a 0, em Itaquera, e manteve as chances de se classificar à segunda fase. O Santos empatou com o Santo André (1 a 1). ESPORTES / PÁG. A24

Unicamp desiste de usar Enem para seleção em 2021

Com a realização do Enem nos dias 17 e 24 de janeiro e a divulgação dos resultados em março, a Unicamp anunciou que as 2.234 vagas na instituição serão definidas em seu próprio vestibular, no dia 10 de março. METRÓPOLE / PÁG. A23

Afeganistão

GAROTA MATA 2 DO TALEBAN E VINGA PAIS

Com uma AK-47 da família, Qamar Gul, de 15 anos, matou dois homens do Taleban que haviam invadido sua casa e assassinado seus pais. INTERNACIONAL / PÁG. A19

NA QUARENTENA

SHOW EM CASA. NUM PASSE DE MÁGICA

Artistas levam magia do circo em espetáculos online ou para públicos caseiros. PÁG. H1



Personagem atravessa gerações e influencia a animação. PÁG. H6

NOTAS & INFORMAÇÕES

Vitória da boa política

Com o avanço do Novo Fundeb, o País dá importante passo em direção a um futuro melhor, a despeito da inação do presidente. PÁG. A3

Um governo abaixo de seu papel
Guedes entra na reforma como Bolsonaro na pandemia. PÁG. A3

Tempo em SP 13° Min. 28° Máx.



O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7

VerCapa

CADA CHERY

EQUILIBRIO, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.349

QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

EUA fecham
consulado da
China; Pequim
avalia resposta

O governo dos EUA determinou ontem o fechamento do consulado da China em Houston, no Texas. O Departamento de Estado afirmou que o objetivo da medida é "proteger a propriedade intelectual americana e as informações privadas dos americanos". O regime chinês falou em "provação política" e pediu que Washington recue da decisão. Caso isso não ocorra, prometeu uma retaliação. **Mundo A11**



Ciência B6

Artefatos em caverna do México são evidência de colonização da América há 30 mil anos

Ministros divergem
sobre decisão de Toffoli

Ministros do STF se dividem sobre competência ou não da corte em diligências no Congresso. **Poder A4**

Esporte B11

Negra e pobre, Aida dos Santos foi a única brasileira na Olimpíada de 1964

Turismo B12

Confira quais são os países que permitem entrada de brasileiro e o que eles exigem

Comércio digital
ganha 5,7 milhões
de consumidores

Pandemia motiva crescimento da compra online; para grandes varejistas, tendência deve continuar no pós-crise

Entre abril e junho, meses de pico do distanciamento social, 5,7 milhões de clientes fizeram sua primeira compra pela internet, de acordo com dados da Neotrust/Compre&Confie, da área de inteligência de mercado. Segundo a empresa, trata-se de aceleração ante o segundo trimestre de 2019, período comparável. Naquele momento, 4,3 milhões aderiram ao comércio digital.

O varejo chegou a registrar perda de 36% no faturamento durante a pandemia, e a queda só não foi mais profunda devido ao desempenho do e-commerce, avaliam especialistas do segmento. Analistas estimam que o setor cresceu cerca de 45% ao mês desde o início das medidas de isolamento. O quadro geral para os varejistas ainda é ruim, mas já indica uma recuperação.

As companhias que conseguiram sustentar a operação pela internet afirmam que enxergam a tendência de um novo padrão de consumo no pós-crise, graças à captação de clientes de baixa renda e à ampliação no uso de plataformas mais populares no Brasil, como o WhatsApp. Grandes redes têm aumentado a oferta online de produtos e investido em tecnologia. **Mercado A16**

Pandemia no Brasil

	Total	Gravemente	Variação**	Estágio
Casos	2,2 mil	373 mil	-0,7%	
Óbitos	82,9 mil	1.052	0,3%	

Dados das 20h de 22 jul. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias.

Estágios da pandemia

■ Acelerado	■ Estável	■ Desacelerado	■ Reduzido
-------------	-----------	----------------	------------



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	20,5 mil
2º RJ	12,4 mil
3º CE	7,3 mil

Situação nos municípios

	Acelerados	Estáveis
Niterói (RJ)		São Paulo (SP)
Aracaju (SE)		Salvador (BA)
Curitiba (PR)		Brasília (DF)
Porto Alegre (RS)		Maceió (AL)



SEM PÚBLICO, FUTEBOL VOLTA A SÃO PAULO APÓS QUATRO MESES

No estádio do Canindé vazio por causa das restrições impostas pela pandemia, Itano e Ferroviária fazem a primeira partida do Paulista após a interrupção do campeonato, em março; ao lado, o trânsito na marginal Tietê, no meio da tarde de ontem

Eduardo Antezoli/Folhapress

Em SP, interior ultrapassa
capital em número de casos

São Paulo contabilizou, nas últimas 24h, 16.777 contaminados pelo novo coronavírus. O número fica atrás apenas dos 19.030 de 19 de junho, quando uma falha na base do SUS acumulou dois dias de registros.

Pela primeira vez, o interior ultrapassou a capital na quantidade de infectados.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, a alta está ligada ao sistema oficial de notificação de casos leves de Covid-19, o E-SUS do Ministério da Saúde, que apresentou instabilidade técnica na última semana. O problema, diz a pasta, dificultou a inserção de dados por parte dos municípios. **Saúde B14**

MÔNICA BERGAMO
Dados da Fiocruz
indicam sinais de
2ª onda da Covid

Dados da Fiocruz mostram que estados com queda consistente de internações de pacientes com insuficiência respiratória grave, como AP, MA, CE e RJ, estão registrando crescimento dos casos, o que pode sinalizar a segunda onda da Covid. **Ilustração B9**

Reabertura divide
igrejas em meio a
perda de sacerdotes

Pelo menos 14 padres e dezenas de pastores da Assembleia de Deus foram vítimas da Covid-19 nos últimos meses. As igrejas católicas tomaram medidas rígidas para reabertura. Entre as evangélicas, denominações continuam com templos fechados, enquanto outras criticaram as restrições. **Saúde B1**

Data do Carnaval de
SP em 2021 deve ser
definida até sexta B1

Professor admite erro sobre cálculo de mortes se escolas reabrissem B5

Centros de acolhimento
registram pouca adesão
e podem ser fechados B2

EUA fecham acordo e compram 100 milhões de doses de vacina A12

EDITORIAIS A2

A metamorfose
Acerca de relações entre Bolsonaro e o Congresso.

Entulho revirado
Sobre reutilização da Lei de Segurança Nacional.

ATMOSFERA



	Hoje	Amanhã
Rio	14 31	13 31
Brasília	12 27	12 26
Ribeirão	14 32	16 31

Fonte: www.climatempo.com.br

Maria H. Tavares
Preço do descaso
com a educação

O Brasil paga até hoje pelo descompromisso com a educação pública, na qualidade —baixíssima— do ensino oferecido a milhões de jovens. A vinculação constitucional de receitas e o Fundeb, que procurou diminuir as desigualdades regionais, não são, nem de longe, responsáveis por essa tragédia. **Opinião A2**

Plano que tentou
driblar teto de
gastos gera atritos

Barrado na Câmara, o plano do governo de destinar parte dos recursos do Fundeb ao Renda Brasil sofreu resistência de Paulo Guedes, que mantém a defesa do teto de gastos, segundo assessores. Juros futuros voltaram a subir, em sinal de descrédito do mercado sobre a austeridade fiscal do governo. **Mercado A19**

Menos de metade das casas
tem saneamento, mostra IBGE

Cerca de 34 milhões de domicílios (49% do total nacional) não tinham acesso a rede de esgoto em 2017, informou o IBGE. Apesar da defasagem de três anos, os dados refletem a realidade atual, dizem especialistas. **Mercado A18**

Mais de 400 aviões
serão usados no RS
contra gafanhotos

Mercado A18

Apoio à Amazônia
reúne Bradesco,
Itaú e Santander

Mercado A20





SEGUNDO EM QUARENTENA
Produtivo, Moacyr Luz planeja volta do Samba do Trabalhador



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2020 ANO XIV - Nº 31.762 - PREÇO DESTE EXEMPLAR R\$ 5,00

ENTREVISTA/ TEREZA CRISTINA

‘Ninguém está aqui para descumprir a lei’, diz ministra sobre a Amazônia

Para titular da Agricultura, país pode aumentar produção sem mexer na floresta

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou, em entrevista ao GLOBO, que o governo não apoia o desmatamento ilegal. “Ninguém está aqui para descumprir a lei”, disse. Segundo ela, a maioria dos produtores rurais tem preocupação ambiental, e é preciso acelerar a regularização fundiária. A ministra disse que o Brasil dispõe de tecnologia para aumentar a produtividade agrícola “sem mexer nas terras da Floresta Amazônica”.

“Tereza Cristina vê uma ‘orquestração’ no exterior nas críticas feitas à questão ambiental no Brasil. ‘O comércio internacional é um jogo de gente grande’, disse. Os principais bancos privados do país, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander, apresentaram ao vice-presidente Hamilton Mourão, responsável pelo Conselho Nacional da Amazônia, plano para contribuir com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **PÁGINAS 17 e 18**

EDITORIAL
UMA PROPOSTA TARDIA, TÍMIDA E INJUSTA **PÁGINA 2**

MERVAL PEREIRA
Derrota acachapante do governo no Fundeb **PÁGINA 2**

BERNARDO MELLO FRANCO
Verba represada na Saúde prova omissão deliberada do governo **PÁGINA 7**

MÍRIAM LEITÃO
Reforma a conta-gotas provocará onda de reações por etapa **PÁGINA 18**

GUGA CHACRA
China e Estados Unidos passam de rivais a adversários **PÁGINA 24**

Queimadas crescem 189% no Pantanal

De 1º de janeiro até anteontem, foram detectados 3.415 focos de incêndio no bioma, 189% a mais que no período em 2019 e o maior número da série, iniciada em 1998. **PÁGINA 10**

Setor de serviços alerta Guedes de que imposto pode triplicar

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se com representantes do setor de serviços, o mais prejudicado pela proposta do governo de unificar PIS e Cofins com alíquota de 12%. Os empresários alertaram que o imposto pode triplicar para esse setor com a mudança, e querem a desoneração da folha salarial antes de aceitar novos impostos. **PÁGINA 21**

EUA dá 72 horas para China fechar consulado

A ordem do governo de Donald Trump para que a China feche até amanhã seu consulado em Houston, Texas, sob acusação de espionagem, foi um salto na deterioração das relações entre as duas potências. China estuda fechar consulado americano em Wuhan. **PÁGINA 23**

Registro de novos casos de Covid-19 no Brasil é recorde

Ontem, quando o país batia recorde de novos casos do coronavírus em 24 horas (65.339), o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrava explicação do Ministério da Saúde por ter usado só 29% dos R\$ 38,9 bilhões previstos no combate à doença. **PÁGINA 9**



Falta d'água é mais uma preocupação na Rocinha

FOTO: ROBERTO MOREIRA

O desempregado Adriano Cândido e seus quatro filhos são uma das famílias que sofrem com a falta d'água que atinge a Rocinha há oito dias, o que pode agravar o quadro de contágio da Covid-19. Segundo painel criado por coletivos e entidades civis para monitorar os casos da doença em 36 comunidades, Rocinha registra 62 mortes e 308 infectados. **PÁGINA 13**

Após 3º teste positivo para Covid, Bolsonaro suspende viagens

Presidente planejava visitas a cidades do interior do país. Ele continua em isolamento e monitorado por médicos. **PÁGINA 7**

Witzel contraria prefeitura e proíbe volta às aulas

O governador do Rio publicou decreto vetando o retorno até o dia 5 de agosto, podendo ser estendido. Crivella autorizou volta no dia 3. **PÁGINA 12**

Auxílio: 1,3 milhão de pessoas têm benefício bloqueado pela Caixa

Relação de CPFs para averiguação foi enviada pelo Ministério da Cidadania. Há inconsistências, fraudes e invasão de hackers. **PÁGINA 20**

País tem 41% das cidades com fornecimento irregular de água

Pesquisa do IBGE mostra que mais de 102 milhões de brasileiros vivem em cidades com racionamento ou falta de água. **PÁGINA 15**



O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5

VerCapas
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.879 • 44 PÁGINAS • R\$ 2,50

Restituição recorde do IR põe R\$ 5,7 bi na economia

Se você está na fila de contribuintes com dinheiro a ser devolvido pelo Leão, existe a expectativa de uma boa notícia nas próximas horas: a Receita Federal libera amanhã, a partir das 9h, a con-

sulta ao terceiro lote de restituição do Imposto de Renda 2020. Na lista dos beneficiados estão 3.987.007 pessoas, que têm, juntas, o direito a receber R\$ 5,7 bilhões, dinheiro que ajudará a

movimentar a economia, fortemente abalada pela pandemia do novo coronavírus. Neste ano, em vez de sete, serão cinco lotes de restituições. O último deles sai em setembro. PÁGINA 13

Fim das deduções no Imposto de Renda na mira do governo

PÁGINA 2

Lei dos painéis coloca em risco área tombada

Legalização de aparelhos que divulgam propaganda e notícias em regiões do Plano Piloto é duramente criticada por especialistas. Distúrbios veem como inconstitucional a medida, que regulariza equipamento do site Metrôpol, do senador cassado Luiz Estevão. PÁGINA 23

Naja

Preso por ocultar prova

Amigo de jovem picado por cobra está na cadeia. Gabriel Moura é investigado por tráfico de animais. PÁGINA 22

Imóveis

Seis meses sem pagar

Caixa estende a pausa no contrato da casa própria. Mutuários têm que pedir o benefício, a partir de segunda-feira. PÁGINA 12

Pix

Estreia será em outubro

Banco Central permite que novo sistema de pagamentos comece no dia 5. Cadastro será antes. PÁGINA 14

Quanto SA/AF



País registra recorde de casos de covid em 24 horas

No dia em o presidente Bolsonaro testou positivo para o novo coronavírus pela terceira vez consecutiva, o Ministério da Saúde anunciou que mais 67.860 brasileiros foram diagnosticados com a covid-19, elevando para 2.227.514 o número de infectados no país. Além disso, houve 1.284 mortes, aumentando para 82.771 o total de óbitos. No DF, mais 14 pessoas perderam a vida e foram registrados 1.725 novos casos da doença. PÁGINAS 10 E 21

Ed Alves/CPA Press



Abelhas em alerta — Período migratório por causa da época de reprodução torna os ataques desses insetos mais frequentes. Após incidente que feriu duas mulheres e matou um cachorro, ontem, a administração do Parque da Cidade retirou uma colmeia do local. PÁGINA 24

Senado quer votar Fundeb até agosto

Designado relator da PEC na Casa, Flávio Arns tem pressa. Ele acompanhou de perto as discussões na Câmara e pretende entregar na segunda-feira o parecer sobre a proposta que cria o novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica. A expectativa é que Alcolumbre coloque o texto em votação até o fim do mês. PÁGINA 6

1,3 milhão de pessoas têm auxílio suspenso

PÁGINA 12

O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 2 E 3.

Chery Tiggo 5X

Qualidade, tecnologia e design



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.dfgabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .